

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Participação da Portos do Paraná, como patrocinadora do EMUPAR- Encontro de Municípios Paranaenses, Fortalecendo a Gestão Pública para o Futuro, realizado pela AMP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.694.132/0001-22.
- 1.2. O valor do investimento é de **R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)**, o qual deverá ser pago diretamente à AMP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, inscrita no CNPJ nº 76.694.132/0001-22, a título de patrocínio.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A pretendida contratação considera a importância da Portos do Paraná contribuir para a ação institucional da Autoridade Portuária no relacionamento com entes públicos e privados, visando à consecução de seus objetivos e metas, bem como à agregação de valor à marca da APPA frente aos respectivos públicos de interesse e à comunidade em geral.
- 2.2. O interesse da Portos do Paraná no evento decorre, especialmente, do fato de que é evento bastante singular, eis que será realizado em parceria com o Governo do Estado do Paraná e contará com a presença dos 399 gestores municipais, secretários de governo nacional e estadual, servidores públicos bem como o público correlato, sendo conveniente, oportuno e estratégico o posicionamento da Portos do Paraná, tendo em vista que, nos últimos cinco anos e meio, demonstrou avanços na infraestrutura portuária, aumentando o volume de carga movimentada em mais de 66,7 milhões de toneladas em 2024, sendo condecorada e premiada nacionalmente e internacionalmente; cinco vezes a melhor gestão portuária, além do receptivo de navios de turismo da MSC temporada 24/25, que atrai turistas de diversas partes do mundo, movimentando a economia da cidade e região.
- 2.3. A importância de fortalecer a imagem da Portos do Paraná no referido evento, se dá pela ampla divulgação da marca entre os 399 gestores públicos convidados, pois o estado do Paraná é o segundo maior produtor de grãos no país.
- 2.4. Além disso, o Paraná também tem forte atuação na exportação de proteína animal, sendo o frango o principal produto, seguido pela suína e bovina. Também fazem parte da cesta de produtos produzidos e exportados pelo Paraná a celulose, açúcar, álcool, café, entre outros.
- 2.5. Na importação, o Paraná é um dos principais importadores de Fertilizantes, o terceiro colocado em compras realizadas pelo Brasil, sendo a Portos do Paraná a principal porta de entrada desse produto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

- 2.6. Sendo assim, apoiar este evento, além de ampliar a visibilidade, dará uma importante contribuição na busca para atingir os objetivos do planejamento estratégico, como contribuir para o desenvolvimento econômico do Paraná e incentivar a atração de novos investimentos.
- 2.7. O encontro, em parceria com o Governo do Estado, será realizado pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - AMP, com temas relevantes buscando promover o aprimoramento da gestão pública e atendimento às demandas latentes dos municípios paranaenses e contará com as mais importantes presenças políticas do nosso Estado.
- 2.8. O evento acontecerá em Curitiba, de **18 a 19 de março na cidade de Curitiba/PR** (local em definição)

3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1. Conforme Plano de Trabalho e programação (Anexo I).

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

- 4.1. Devido as características do objeto o parcelamento compromete a viabilidade técnica da prestação dos serviços;

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 5.1. O objeto, devido as suas características, não se enquadra como objeto comum, tratando-se de patrocínio.

6. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6.4. Efetuar os pagamentos a CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 6.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta no contrato;
- 6.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais;
- 6.7. Comunicar oficialmente a CONTRATADA qualquer falha ocorrida considerada de natureza grave;

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

6.8. Recusar os serviços executados em desacordo com as normas técnicas específicas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Informar a APPA sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado;
- 7.2. Responder técnica, ética, civil e penalmente por todos os eventos resultantes da execução direta e indireta do contrato, incluindo os de obrigações trabalhistas, previdenciários e tributários, ocorridos tanto em suas unidades próprias como as subcontratadas (credenciados);
- 7.3. Nomear, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato; e informar e manter atualizados junto a APPA/DDE os números de telefones e endereço eletrônico, bem como nome das pessoas nomeadas;
- 7.4. Manter com a APPA/DDE, setor gestor operacional do contrato, as comunicações e os contatos necessários para execução do objeto deste Termo de Referência;
- 7.5. Manter atualizadas junto a APPA/DDE, as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND, e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), bem como a quitação de impostos e outros gravames que incidam sob a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;
- 7.6. Dar início as atividades, na data prevista na Ordem de Serviço;
- 7.7. Arcar com qualquer prejuízo causada à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto;
- 7.8. Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade;
- 7.9. Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato;
- 7.10. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
- 7.11. Comunicar imediatamente a fiscalização do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento do Contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- 7.12. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto;
- 7.13. Fornece a CONTRATANTE, no mínimo um número de telefone fixo, um de telefone móvel, e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato;
- 7.14. Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos,
- 7.15. Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

- 7.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela APPA, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da execução do objeto;
- 7.17. Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela APPA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário;
- 7.18. Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade pertinente e que envolva toda e qualquer parte da execução do objeto;
- 7.19. Cumprir todas as obrigações elencadas no Termo de Referência e no Edital do Certame,
- 7.20. Assegurar aos beneficiários a prestação dos serviços, objeto deste certame;
- 7.21. Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo e no edital, inclusive repassar as garantias do fabricante;
- 7.22. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades;
- 7.23. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 7.24. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;
- 7.25. Manter atualizados, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito – CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade – CRF do FGTS, a Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; bem como a CRF no Gestão de Materiais e Serviços – GMS da Secretaria de Administração e Previdência do Estado de Paraná;
- 7.26. Emitir nota fiscal eletrônica correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

8. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da CONTRATADA, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP, observando ainda os seguintes procedimentos:
- 8.2. A Nota Fiscal ou Fatura será deverá obrigatoriamente acompanhar as comprovações de regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Gestão Materiais e Serviços – GMS/SEAP/DEAM, através do módulo de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, nominalmente Certificado de Regularidade de Situação Fiscal (CRF), e pela apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários da Fazenda Pública

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista CNDT, sob pena de suspensão de pagamento, rescisão do contrato e/ou multa, na forma da lei, e Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP.

- 8.3. Nota Fiscal deverá ser encaminhada à equipe de fiscalização da APPA entre os dias 1 à 10 do mês subsequente da prestação do serviço.
- 8.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal ou Fatura, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 8.5. Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Conforme especificado no art. 339 do RILC da APPA.

10. SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. O objeto deste termo de referência, não admite subcontratação parcial do objeto em razão de suas peculiaridades.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- 11.2. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 11.3. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 11.4. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina à continuidade do contrato;
- 11.5. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 12.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela DDE/APPA, devendo manter elevado o padrão de qualidade dos serviços e frequente contato com o preposto da CONTRATADA, para solução de eventuais problemas e/ou esclarecimento;
- 12.2. Os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando de imediato o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

12.3.A CONTRATADA ficará sujeita à mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela DDE/APPA;

12.4.A existência da supervisão da DDE/APPA, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei Estadual nº 13.303/16 e pelo Regulamento de Contratos de Licitação da APPA.

14. MATRIZ DE RISCO

14.1.Não se aplica. A matriz de riscos deverá ser dispensada, pois trata-se de uma contratação de baixa complexidade, cujos riscos serão irrelevantes ou inexistentes.